Sumário

Índice dos quadros esquemáticos ..... **LXI**

Parte Geral

Parte I – Teoria Geral do Direito Processual Civil

1 O Direito Processual Civil: conceito e fontes. O Direito Processual Civil na perspectiva do Código de Processo Civil de 2015 ..... **3**

1. O Direito Processual Civil 3

1.1 Conceito e fontes 3

1.2 O Direito Processual Civil na perspectiva do Código 7

1.2.1 A estrutura do Código atual 8

1.2.2 Os diversos tons do Código atual 9

1.2.3 *Ex nihilo nihil fit*. O CPC/2015 não surgiu do nada. Um pouco de história não faz mal a ninguém 12

1.2.3.1 O Direito Processual no Brasil 13

1.3 O sistema de precedentes consolidado pelo CPC vigente 15

2 A principiologia do Código de Processo Civil: influências constitucionais e tentativa de efetivação dos direitos e garantias fundamentais **21**

1. Influências do Direito Constitucional sobre o Direito Processual Civil: neoconstitucionalismo e neoprocessualismo 21

1.1 Evolução (fases) do processualismo: sincretismo, autonomismo, instrumentalismo e neoprocessualismo 22

1.2 O "modelo constitucional do processo" 23

2. Princípios processuais como direitos fundamentais 24

2.1 Introdução: princípios, regras e valores 24

2.2 Princípios constitucionais sobre o processo (direitos fundamentais processuais) 26

2.3 Positivação infraconstitucional dos direitos fundamentais processuais 27

2.4 Princípios fundamentais processuais como instrumentos de efetivação de direitos fundamentais substanciais 27

3. Os princípios e as garantias processuais 27
3.1 Princípio do devido processo legal 28
3.2 Princípio da ação (da demanda ou da inércia) e princípio do impulso oficial – art. 2º 30
3.3 Princípio da inafastabilidade (ou da indeclinabilidade) – art. 3º 31
3.4 Princípio da duração razoável do processo e da primazia do julgamento do mérito – art. 4º 32
3.5 Princípio da boa-fé processual – art. 5º 33
3.6 Princípio da cooperação – art. 6º 35
3.7 Princípio da igualdade (ou da isonomia) – art. 7º 36
3.8 Princípio do contraditório – arts. 7º, 9º e 10 38
3.9 Princípio da ampla defesa 39
3.10 Princípio da função social do processo – art. 8º 41
3.11 Princípio da dignidade da pessoa humana – art. 8º 41
3.12 Princípio da proporcionalidade – art. 8º 43
3.13 Princípio da razoabilidade – art. 8º 44
3.14 Princípio da legalidade – art. 8º 44
3.15 Princípio da publicidade – art. 8º 45
3.16 Princípio da eficiência – art. 8º 45
3.17 Princípio da lealdade processual 46
3.18 Princípio da motivação – art. 11 46
3.19 Princípio da cronologia – art. 12 47
3.20 Princípio da imparcialidade 48
4. Princípios processuais consagrados pela doutrina e pela jurisprudência 49
4.1 Princípio do juízo natural 49
4.2 Princípio do duplo grau de jurisdição 50
4.3 Princípio da identidade física do juiz 51
4.4 Princípio da efetividade (da máxima coincidência possível) 51
4.5 Princípio da adequação (ou da adaptabilidade) 52
4.6 Princípio da improrrogabilidade (e irredutibilidade) da jurisdição 52
4.7 Princípios dispositivo e inquisitivo 52
4.8 Princípio da instrumentalidade das formas 53
4.9 Princípio da economia processual 54
4.10 Princípio da persuasão racional do juiz (ou do livre convencimento motivado) 54
4.11 Princípio da verdade real 55
4.12 Princípio da oralidade 56
4.13 Princípio da liberdade das partes no processo 56
4.14 Princípio da congruência 56

3 Aplicação das normas processuais: a lei processual civil no espaço e no tempo (arts. 13 a 15) 61
1. Introdução 61

1.1 A lei processual civil no espaço 61
1.2 A lei processual civil no tempo 62
1.2.1 Direito intertemporal 65
2. Normas processuais civis como fontes subsidiárias 69

4 Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual Civil 71
1. Jurisdição, ação e processo: a trilogia estrutural do Direito Processual 71
2. Jurisdição 72
2.1 Conceito de jurisdição 72
2.2 Características da jurisdição 72
2.2.1 Unidade 72
2.2.2 Secundariedade 75
2.2.3 Substitutividade 77
2.2.4 Imparcialidade 77
2.2.5 Criatividade 78
2.2.6 Inércia 79
2.2.7 Definitividade 80
2.3 Princípios da jurisdição 80
2.3.1 Princípio do juízo natural 81
2.3.2 Princípio da improrrogabilidade 82
2.3.3 Princípio da indeclinabilidade (ou da inafastabilidade) 83
2.3.4 Princípio da inevitabilidade 84
2.3.5 Princípio da indelegabilidade 84
2.4 Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária 84
3. Tutela jurisdicional 87
3.1 Principais espécies de tutelas jurisdicionais 89
3.2 Sistematização das tutelas jurisdicionais 91
3.3 Tutela jurisdicional sob a perspectiva do réu 94
3.4 Órgãos jurisdicionais incumbidos da tutela jurisdicional no Brasil 95
4. Meios alternativos de pacificação social 98
4.1 Autotutela 99
4.2 Mediação e conciliação 99
4.3 Julgamento por órgão administrativo 101
5. Arbitragem 101
6. Ação 106
6.1 Conceito e evolução 106
6.2 O CPC/2015 e as “condições da ação” 108
6.3 Elementos da ação 110
6.4 Classificação das ações 112
7. Processo 116
7.1 Conceito 116

7.2 As várias visões do processo 119
7.2.1 Processo e procedimento 119
7.2.2 Processo como contrato 120
7.2.3 Processo como quase contrato 120
7.2.4 Processo como relação jurídica 121
7.2.5 Processo como situação jurídica 121
7.2.6 Processo como instituição jurídica 122
7.2.7 Processo como procedimento em contraditório 122
7.2.8 Processo como entidade complexa 123
7.3 Sujeitos do processo 124
7.4 Espécies de processo 124
8. Pressupostos processuais 125
9. Pressupostos e requisitos processuais 125
10. Os diversos planos do mundo jurídico 126
10.1 O plano da existência 126
10.2 O plano de validade 127
10.3 O plano de eficácia 127
11. Classificação dos pressupostos e dos requisitos processuais 128
11.1 Pressupostos processuais subjetivos 128
11.2 Pressuposto processual objetivo: a existência de uma demanda 131
11.3 Requisitos processuais subjetivos de validade 131
11.4 Requisitos processuais objetivos positivos (ou intrínsecos): respeito ao formalismo processual 137
11.5 Requisitos processuais objetivos negativos (ou extrínsecos) 138
11.6 Requisitos processuais necessários à admissibilidade do processo 140
11.7 Distinção entre legitimidade para a causa, legitimidade para o processo e capacidade de ser parte 144
11.8 Teorias da exposição e da asserção 144
12. Processo eletrônico ou autos virtuais 147

5 A função jurisdicional: limites da jurisdição nacional e cooperação internacional (arts. 16 a 41) 151
1. Introdução 151
2. Limites da jurisdição nacional 152
2.1 Competência concorrente 153
2.2 Competência exclusiva 155
2.3 Cláusula de eleição de foro 156
3. Cooperação internacional 157
3.1 Introdução 157
3.2 Autoridade central 158
3.3 Reciprocidade 159
3.4 Mecanismos de cooperação internacional 159

3.4.1 Auxílio direto (ou assistência direta) 160
3.4.2 Carta rogatória 161
3.4.3 Homologação de sentença estrangeira 162

6 Competência interna e cooperação nacional (arts. 42 a 69) 165
1. Introdução 165
2. Princípios norteadores da competência jurisdicional 165
2.1 Princípio do juízo natural 165
2.2 Princípio da competência sobre a competência (*Kompetenz-kompetenz*) 166
2.3 Princípio da perpetuação da competência (*perpetuatio jurisdictionis*) 166
3. Critérios determinativos da competência 167
3.1 Critério objetivo 167
3.1.1 Competência em razão do valor da causa 167
3.1.2 Competência em razão da matéria e em razão da pessoa 168
3.2 Critério funcional 171
3.3 Critério territorial 172
3.3.1 Foro geral 172
3.3.2 Foros especiais 174
4. Metodologia para determinação da competência 177
5. (In)competência absoluta e relativa 178
6. Modificação da competência 180
6.1 Prorrogação 181
6.2 Conexão e continência 181
6.3 Eleição de foro (derrogação da competência) 184
7. Prevenção 184
8. Regra da acessoriedade 185
9. Conflito de competência 186
10. Cooperação nacional 187

7 Partes e procuradores (arts. 70 a 112) 193
1. Partes 193
1.1 Conceito 193
1.2 Capacidade de ser parte 194
1.3 Capacidade processual, capacidade para estar em juízo, capacidade judiciária ou legitimação *ad processum*: diversos nomes para o mesmo conceito 196
1.3.1 Capacidade processual dos cônjuges 197
1.3.2 Capacidade processual dos entes referidos no art. 75 198
1.4 Incapacidade processual e irregularidade na representação 201
1.5 Dos deveres das partes e de seus procuradores 201
1.5.1 Da responsabilidade das partes por dano processual. As sanções processuais por litigância de má-fé 204

1.6 Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas: o regime financeiro do Código de Processo Civil 207
1.6.1 O pagamento das despesas processuais 208
1.6.1.1 Do ônus de adiantar as despesas processuais 208
1.6.1.2 Da obrigação final pelo custo do processo 209
1.6.1.3 Da divisão dos ônus sucumbenciais: princípios da sucumbência e da causalidade 210
1.6.2 Os honorários advocatícios 212
1.6.2.1 Honorários advocatícios nas ações em que for parte a Fazenda Pública: regras especiais 220
1.6.2.2 Titularidade e cobrança dos honorários 222
1.7 Assistência judiciária: concessão dos benefícios, procedimento, impugnação e recursos 231
2. Procuradores 236
2.1 A capacidade postulatória conferida aos advogados 236
2.2 Procuração assinada digitalmente 238
2.2.1 Requisitos da procuração 239
2.3 Direitos dos advogados 240
3. Sucessão das partes e dos procuradores 242

8 Litisconsórcio (arts. 113 a 118) 243
1. Conceito 243
2. Classificação do litisconsórcio 243
3. Hipóteses legais de litisconsórcio 245
3.1 Litisconsórcio facultativo, sucessivo, alternativo e eventual 246
4. Litisconsórcio unitário e necessário 246
5. Litisconsórcio necessário: ativo e passivo 248
6. Litisconsórcio multitudinário 249
7. Autonomia dos litisconsortes 250

9 Intervenção de terceiros (arts. 119 a 138) 255
1. Noções gerais 255
1.1 Hipóteses de não cabimento das intervenções previstas no CPC/2015 256
2. Assistência (arts. 119 a 124) 257
2.1 Conceito 257
2.2 Situação processual, poderes e ônus processuais do assistente 257
2.2.1 Assistência simples 258
2.2.1.1 Extensão da coisa julgada, efeitos da interposição de recursos na assistência simples e indiscutibilidade da justiça da decisão 258
2.2.2 Assistência litisconsorcial 259
2.3 Limite temporal para admissão do assistente e impugnação 260
3. Denunciação da lide (arts. 125 a 129) 262

3.1 Conceito 262
3.2 Hipóteses de admissibilidade 262
3.3 (Não) obrigatoriedade da denunciação 265
3.4 Procedimento 266
3.5 Procedimentos que admitem a denunciação 266
3.6 A possibilidade de condenação direta de seguradora 267
3.7 Julgamento da denunciação da lide e verbas de sucumbência 269
4. Chamamento ao processo (arts. 130 a 132) 270
4.1 Conceito 270
4.2 Hipóteses de admissibilidade 271
4.3 Procedimento 272
4.4 Chamamento ao processo nas ações de alimentos 273
4.5 Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor 275
5. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (arts. 133 a 137) 276
5.1 Noções gerais 276
5.2 (Des)necessidade de ação autônoma 279
5.3 Legitimidade para a instauração do incidente 279
5.4 Desconsideração inversa da personalidade jurídica 280
5.5 Hipóteses de cabimento 281
5.6 Procedimento para a desconsideração da personalidade jurídica 282
5.7 Efeitos da desconsideração 283
6. *Amicus curiae* (art. 138) 286
6.1 Introdução 286
6.2 O *amicus curiae* como instrumento de legitimação dos precedentes judiciais 287
6.3 Natureza jurídica 287
6.4 Intervenção do *amicus curiae* nas ações de controle de constitucionalidade 288
6.5 A intervenção do *amicus curiae* nos demais processos judiciais 289
6.5.1 Requisitos para a intervenção do *amicus curiae* 290
6.5.2 Procedimento para a intervenção 291
6.5.3 Momento para a intervenção 291
6.5.4 Interposição de recursos 292
6.5.4.1 Recurso contra a decisão que (in)admite a intervenção 292
6.5.4.2 Embargos declaratórios e incidente de resolução de demandas repetitivas 293
6.5.5 Necessidade de advogado 294
7. Oposição e nomeação à autoria: intervenções excluídas do CPC/2015? 295
8. A intervenção anômala das pessoas de direito público 296

10 O juiz e os auxiliares da justiça (arts. 139 a 175) 299
1. Poderes, deveres e responsabilidades do juiz 299
2. O poder-dever de prestar a tutela jurisdicional 308
3. Limites da decisão 309
4. Princípio da identidade física do juiz 310
5. Responsabilidades do juiz 310
6. Impedimentos e suspeição 311
6.1 Recusa dos impedidos ou suspeitos 314
7. Auxiliares da justiça 315

11 As funções essenciais à justiça: o Ministério Público, a Advocacia Pública, a Defensoria Pública e a Advocacia Privada (arts. 176 a 187 do CPC e art. 133 da CF) 321
1. Introdução 321
2. As funções essenciais à justiça 322
2.1 O Ministério Público 323
2.1.1 Natureza da atuação 323
2.1.2 Princípios institucionais 324
2.1.3 Formas de atuação 325
2.1.4 Consequências da ausência do Ministério Público no processo 328
2.1.5 Prazos e responsabilidades 328
2.1.6 Impedimento, suspeição e incompetência 329
2.1.7 Legitimidade para recorrer 329
2.1.8 Outras hipóteses de atuação do Ministério Público no Processo Civil 330
2.2 A Advocacia Pública 334
2.2.1 Funções 335
2.2.2 Autonomia 335
2.2.3 Formas de atuação 336
2.2.4 Prazos e responsabilidades 337
2.3 A Defensoria Pública 338
2.3.1 A Defensoria Pública como cláusula pétrea 339
2.3.2 Funções 339
2.3.2.1 As funções da Defensoria Pública no CPC atual 340
2.3.3 A Defensoria Pública e o controle de constitucionalidade 342
2.3.4 Princípios institucionais 344
2.3.5 Prazos e responsabilidades 345
2.4 A Advocacia Privada 346

12 Atos processuais (arts. 188 a 293) 347
1. Conceito 347
2. Classificação dos atos processuais 348

2.1 Atos das partes 348
2.2 Pronunciamentos (ou atos) do juiz 349
2.2.1 Sentença 349
2.2.2 Acórdão 350
2.2.3 Decisão monocrática de relator 350
2.2.4 Decisão interlocutória 350
2.2.5 Despachos 350
2.3 Atos do escrivão 351
3. Forma dos atos processuais 351
3.1 Convenção acerca da prática dos atos processuais 353
4. Atos processuais praticados por meio eletrônico 355
4.1 Assinatura eletrônica 356
4.2 Informática jurídica 358
5. Linguagem utilizada nos atos processuais 361
6. Publicidade dos atos processuais 361
7. O tempo e o lugar dos atos processuais 361
8. Férias e feriados forenses 363
9. Os prazos processuais 366
9.1 Classificação dos prazos 368
9.2 Principais prazos para a prática de atos processuais 370
9.3 O curso dos prazos 373
9.4 Contando os prazos 376
9.4.1 Termo inicial dos prazos 376
9.4.2 Algumas regras especiais sobre contagem de prazo 379
9.5 Prazos para o Ministério Público, para a Fazenda Pública e para a Defensoria Pública 380
10. Preclusão 380
11. Descumprimento de prazos e penalidades 381
12. Comunicação dos atos processuais 382
12.1 Meios pelos quais se realizam as citações e as intimações 383
12.2 Citação 385
12.2.1 Citação pelo correio. É a regra 386
12.2.2 Citação por oficial de justiça 387
12.2.3 Citação por edital 388
12.2.4 Citação por meio eletrônico 388
12.2.5 Efeitos da citação 389
12.3 A interrupção da prescrição e da decadência como efeitos do despacho que ordena a citação 390
12.4 Declaração de ofício da prescrição e da decadência 391
12.5 Intimação 392
13. Nulidades 393

13.1 Os diversos planos dos fatos jurídicos: existência, validade e eficácia 394
13.2 Nulidade absoluta e nulidade relativa 394
13.3 Sistema de nulidades no CPC 395
13.3.1 Considerações gerais 395
13.3.2 Momento de arguição da nulidade 396
13.3.3 Decretação da nulidade e seus efeitos 396
13.3.4 Nulidade na hipótese de não intervenção do Ministério Público 397

13 Tutela provisória (arts. 294 a 311) 403
1. Noções gerais 403
2. A urgência e a evidência como fundamentos das tutelas provisórias 405
3. Disposições comuns a todas as espécies de tutelas provisórias 407
3.1 A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas (art. 295) 407
3.2 A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada (art. 296, *caput*) ... 407
3.3 O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória (art. 297). A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber (parágrafo único) 409
3.4 Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz justificará as razões de seu convencimento de modo claro e preciso (art. 298) 410
3.5 A competência para apreciar a tutela provisória será do juízo da causa quando ela for requerida em caráter incidental; será do juízo competente para conhecer do pedido principal quando requerida em caráter antecedente (art. 299) 410
3.6 Tutela provisória e contraditório – a regra é a concessão antes de ouvir o demandado 411
4. Tutela provisória e recurso 411
5. Tutela provisória contra a Fazenda Pública 413
6. Disposições gerais referentes às tutelas de urgência (cautelar e antecipada) 416
6.1 Fungibilidade entre as tutelas de urgência (cautelar e antecipada) 416
6.2 Requisitos para concessão das tutelas de urgência 417
6.3 Prestação de caução real ou fidejussória como requisito para a concessão das tutelas de urgência 418
6.4 Momento para o deferimento das tutelas de urgência 419
6.5 A reversibilidade dos efeitos da decisão como condicionante para deferimento da tutela de urgência de natureza antecipada 419
6.6 Indenização pelos prejuízos decorrentes da tutela de urgência 421
6.6.1 Sentença desfavorável (art. 302, I) 423

6.6.2 Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II) 424
6.6.3 Cessação da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III) .. 424
6.6.4 Acolhimento da alegação de decadência ou prescrição (art. 302, IV) 425
7. Da tutela cautelar 425
7.1 Das tutelas idôneas para asseguração do direito 425
7.2 A tutela cautelar requerida concomitantemente com o pedido principal ou incidentalmente ao processo 427
7.3 A tutela cautelar requerida em caráter antecedente 428
7.3.1 Requisitos da petição inicial da tutela cautelar antecedente 428
7.3.2 Cognição preliminar e apreciação do pedido de liminar 429
7.3.3 As possíveis atitudes do réu em face da citação e o encaminhamento do processo 429
7.3.4 Momento para formulação do pedido principal 431
7.3.5 E se o pedido principal não for apresentado no prazo de 30 dias da efetivação da tutela cautelar? 433
7.3.5.1 Consequências do indeferimento ou da não efetivação da tutela cautelar 433
7.3.6 O pedido principal – procedimento 435
7.3.7 Causas que fazem cessar a eficácia da tutela cautelar 436
8. Da tutela antecipada 438
8.1 Linhas gerais sobre a tutela antecipada 438
8.2 Momentos para requerimento e concessão da tutela antecipada 439
8.3 Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente 439
8.3.1 Requisitos da petição inicial da tutela antecipada requerida em caráter antecedente 440
8.3.2 Cognição preliminar e apreciação do pedido de tutela antecipada liminar 441
8.3.3 O aditamento da petição inicial e a citação do réu 441
8.3.4 A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente 442
8.3.4.1 Estabilização da tutela antecipada – um bicho de duas cabeças 444
8.3.5 Ação revisional da tutela antecipada estabilizada 445
8.3.6 Questões suscitadas acerca da estabilização da tutela antecipada 447
8.3.7 A estabilização da tutela antecipada se aplica às ações possessórias? 448
9. Da tutela da evidência 452
9.1 Noções gerais 452
9.2 Situações jurídico-processuais que ensejam a concessão da tutela da evidência 453

14 Formação, suspensão e extinção do processo (arts. 312 a 317) 461
1. Visão geral do processo 461
2. Formação da relação processual 461
2.1 Estabilização do processo 462
3. Suspensão do processo 462
3.1 Suspensão do processo pela morte ou pela perda da capacidade processual (art. 313, I) 463
3.2 Suspensão do processo por convenção das partes (art. 313, II) 464
3.3 Suspensão do processo pela arguição de impedimento ou suspeição 464
3.4 Suspensão pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas 464
3.5 Suspensão em razão da dependência do julgamento de outra causa, de declaração da existência ou inexistência de relação jurídica ou de produção de prova (art. 313, V, *a* e *b*) 465
3.6 Suspensão por motivo de força maior (art. 313, VI) 466
3.7 Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo (art. 313, VII) 466
3.8 Outros casos de suspensão regulados pelo Código (art. 313, VIII) 467
3.9 Suspensão em razão de parto, adoção ou paternidade (art. 313, IX e X) 467
3.10 Suspensão para verificação da existência de fato delituoso 469
4. Extinção do processo 469

Parte Especial

Parte II – Processo de Conhecimento, Cumprimento de Sentença e Procedimento nos Juizados Especiais

1 Procedimento comum (arts. 318 a 512) 473
1. Noções gerais 473
2. Determinação do procedimento 474
3. Visão geral do procedimento comum 474
4. Fase postulatória 475
4.1 Petição inicial 475
4.1.1 Requisitos da petição inicial 476
4.1.1.1 Requisito especial do art. 330, § 2º 479
4.1.2 O pedido e suas espécies 480
4.1.3 Alteração do pedido 481
4.2 Posturas do juiz em face do ajuizamento da ação 481
4.2.1 Declaração de impedimento ou de suspeição 481
4.2.2 Emenda da petição inicial 482
4.2.3 Deferimento da petição inicial 483
4.2.4 Indeferimento da petição inicial 483

4.2.4.1 Recurso do indeferimento da inicial 485
4.2.5 Julgamento de improcedência do pedido em caráter liminar..... 485
4.2.5.1 Recurso contra a decisão de improcedência liminar. 489
4.3 Audiência conciliatória..... 490
4.4 Resposta do réu..... 493
4.4.1 Exceção de impedimento ou suspeição..... 493
4.4.2 Contestação..... 498
4.4.2.1 Convenção de arbitragem 501
4.4.2.2 Alegação de ilegitimidade do réu..... 502
4.4.2.3 A contestação na qual se argui incompetência pode ser protocolada no foro de domicílio do réu 503
4.4.2.4 Contagem do prazo para a contestação..... 505
4.4.3 Reconvenção 505
4.4.4 Sistema de preclusão das diversas modalidades de resposta..... 507
4.5 Revelia..... 508
5. Fase saneadora e julgamento conforme o estado do processo 512
5.1 Extinção do processo 512
5.2 Julgamento antecipado do mérito 513
5.3 Julgamento antecipado parcial do mérito 513
6. Saneamento e organização do processo 514
7. Fase instrutória ou probatória 516
7.1 Audiência de instrução e julgamento 517
7.2 Provas..... 519
7.2.1 Produção antecipada da prova 524
7.2.2 Ata notarial 526
7.2.3 Depoimento pessoal 526
7.2.4 Confissão..... 528
7.2.5 Exibição de documento ou coisa..... 529
7.2.6 Prova documental 532
7.2.7 Arguição de falsidade 534
7.2.8 Documentos eletrônicos 536
7.2.9 Prova testemunhal..... 537
7.2.10 Prova pericial 541
7.2.10.1 Indeferimento e dispensa da prova pericial..... 542
7.2.10.2 Prova técnica simplificada 542
7.2.10.3 Perícia consensual 543
7.2.10.4 Procedimento..... 543
7.2.10.5 Requisitos do laudo pericial..... 546
7.2.10.6 Nova perícia 547
7.2.10.7 Responsabilidade do perito..... 548
7.2.10.8 Assistentes técnicos..... 548

7.2.10.9 Escusa, impedimento e suspeição 548
7.2.10.10 Substituição do perito 549
7.2.10.11 O juiz e o laudo pericial 550
7.2.11 Inspeção judicial 552
7.2.11.1 Procedimento 553
8. Fase decisória 554
8.1 Considerações gerais 554
8.2 Conceito de sentença 555
8.3 Sentença terminativa 555
8.3.1 Hipóteses de extinção sem resolução do mérito 555
8.4 Sentença definitiva 559
8.5 Elementos essenciais da sentença 563
8.5.1 Ausência de fundamentação 564
8.6 Classificação e efeitos das sentenças definitivas 567
8.7 Conformação da sentença ao pedido 569
8.8 Sentenças *citra petita*, *ultra petita* e *extra petita* 570
8.9 Sentença condicional 571
8.10 Sentença e fato superveniente 572
8.11 Modificação da sentença 573
8.12 Efeitos da sentença 574
8.13 Sentença que tenha por objeto obrigação de fazer, não fazer e de entregar coisa 575
8.14 Sentença que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade 578
8.15 Remessa necessária (art. 496) 578
9. Coisa julgada 582
9.1 Introdução 582
9.2 Conceito de coisa julgada 583
9.3 Limites da coisa julgada 585
9.3.1 Limites objetivos da coisa julgada 585
9.3.1.1 Coisa julgada e questão prejudicial 587
9.3.2 Limites subjetivos da coisa julgada 589
9.4 Coisa julgada e relação jurídica continuativa 591
9.5 Coisa julgada nas ações coletivas 591
9.5.1 Coisa julgada nas ações coletivas envolvendo direitos difusos 593
9.5.2 Coisa julgada e direitos coletivos stricto sensu 595
9.5.3 Coisa julgada e direitos individuais homogêneos 595
9.5.4 A limitação territorial da coisa julgada nas ações coletivas 596
9.6 Relativização da coisa julgada 597
9.7 Outros aspectos da coisa julgada 601
10. Liquidação de sentença (arts. 509 a 512) 603
10.1 Noções gerais 603

10.2 Determinação do valor da condenação por cálculo do credor 603
10.3 Liquidação na pendência de recurso 604
10.4 Procedimento 604
10.4.1 Liquidação por arbitramento 605
10.4.2 Liquidação pelo procedimento comum 606
10.5 Outros aspectos da liquidação 606

2 Cumprimento de sentença (arts. 513 a 538) 609
1. Introdução 609
2. Títulos executivos judiciais 610
3. Disposições gerais relativas ao cumprimento da sentença 614
3.1 Possibilidade de protesto da decisão judicial transitada em julgado e inclusão do nome do devedor em cadastro de inadimplentes 619
4. Cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa 622
4.1 Procedimento 624
5. Cumprimento definitivo 625
5.1 Honorários advocatícios no cumprimento definitivo 632
5.2 Moratória legal e cumprimento de sentença 632
5.3 Impugnação (defesa do devedor) 633
5.3.1 Legitimidade 635
5.3.2 (Des)necessidade de prévia garantia do juízo 635
5.3.3 Exceções (defesas) que podem ser arguidas na impugnação 635
5.3.4 Rejeição liminar da impugnação e efeito suspensivo 641
5.3.5 Alegação de fato superveniente 642
6. Cumprimento de sentença nas obrigações de prestar alimentos 644
6.1 Introdução 644
6.2 Cumprimento da sentença pelo meio coercitivo da prisão 646
6.3 Cumprimento da sentença pela expropriação de bens 648
6.4 Cumprimento da sentença mediante desconto em folha 649
6.5 Cumprimento da decisão que fixa alimentos provisórios 649
6.6 Cumprimento da sentença que fixa alimentos indenizatórios 650
6.7 Abandono material 652
7. Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública 653
7.1 Introdução 653
7.2 Pagamento das condenações contra a Fazenda Pública 653
7.2.1 Pagamento por meio de precatório 653
7.2.2 Pagamento por meio de RPV 655
7.2.3 Regime de compensação obrigatória e a inconstitucionalidade dos §§ 9º e 10 da CF/1988 658
7.3 Procedimento 658
7.3.1 Impugnação e condenação em honorários 659

7.3.1.1 Honorários na execução invertida 660
7.3.1.2 Honorários nas condenações em ações coletivas..... 661
8. Cumprimento de sentença nas obrigações de fazer e de não fazer 662
8.1 Cumprimento provisório da multa 663
9. Cumprimento de sentença nas obrigações de entregar coisa 665
9.1 Benfeitorias e direito de retenção e indenização 665

3 Procedimentos nos Juizados Especiais Cíveis – Leis nº 9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009 667
1. O microssistema dos Juizados Especiais Cíveis 667
1.1 Juizados Especiais Cíveis estaduais (Lei nº 9.099/1995) 668
1.2 Juizados Especiais Cíveis federais (Lei nº 10.259/2001) 669
1.3 Juizados Especiais Cíveis da Fazenda Pública dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Lei nº 12.153/2009) 670
2. Princípios orientadores do processo nos Juizados Especiais Cíveis 670
3. Composição dos Juizados Especiais Cíveis 672
4. Competência dos Juizados Especiais Cíveis 673
4.1 Considerações gerais 673
4.2 Competência dos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995) 674
4.3 Competência dos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001) 677
4.3.1 Competência absoluta dos Juizados Especiais Cíveis federais 680
4.4 Competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009) 681
5. Capacidade de ser parte e capacidade processual 682
5.1 Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995) 683
5.2 Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001) 684
5.3 Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009) 685
6. Capacidade postulatória 686
7. Intervenção de terceiro e litisconsórcio 688
7.1 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica 688
7.1.1 Procedimento 690
8. Intervenção do Ministério Público 691
9. Medidas de urgência 691
10. Os atos processuais nos Juizados Especiais Cíveis 692
10.1 Os atos processuais nos Juizados Especiais estaduais 693
10.2 Os atos processuais nos Juizados Especiais federais 693
10.3 Os atos processuais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública 694
11. Extinção do processo sem resolução do mérito 694
12. Sequência dos atos do procedimento nos Juizados Especiais 695

12.1 Sequência dos atos nos Juizados Especiais estaduais 695
12.2 Sequência dos atos nos Juizados Especiais federais 697
12.3 Sequência dos atos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública 698
13. Recursos cabíveis 699
13.1 Considerações gerais 699
13.2 Recurso inominado contra sentença (apelação) 701
13.3 Embargos de declaração contra sentença ou acórdão 703
13.4 Recurso de agravo contra medidas cautelares e de antecipação de tutela... 704
13.5 Recurso extraordinário 705
13.6 Da reclamação e do pedido de uniformização de jurisprudência 706
14. Outros meios de impugnação das decisões 709
15. O não cabimento do reexame necessário nos Juizados Especiais federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública 713
16. Os prazos do CPC/2015 e as influências no procedimento sumaríssimo 713
17. Cumprimento de sentença e execução de títulos extrajudiciais 716
17.1 Juizados Especiais estaduais 716
17.2 Juizados Especiais federais 718
17.3 Juizados Especiais da Fazenda Pública 720

Parte Especial

Parte III – Procedimentos Especiais

1 Procedimentos especiais (arts. 539 a 770) 729
1. Introdução 729
2. Ação de consignação em pagamento (arts. 539 a 549) 730
2.1 Noções gerais 730
2.2 Hipóteses autorizadoras da consignação 733
2.3 Objeto da consignação em pagamento 735
2.4 Modalidades de consignação 735
2.4.1 Consignação extrajudicial 735
2.4.2 Consignação judicial 737
2.5 Legitimidade para a ação de consignação 738
2.5.1 Legitimidade ativa 738
2.5.2 Legitimidade passiva 739
2.6 Foro competente 739
2.7 Procedimentos da consignação 739
2.8 Procedimento da ação de consignação em pagamento 740
2.8.1 Consignação de prestações sucessivas 741
2.8.2 Valor da causa 742
2.8.3 Citação 742

2.8.4 Atitudes do réu 743
2.8.5 Respostas do réu 743
2.8.6 Complementação do depósito 744
2.9 Instrução 745
2.10 Sentença 745
2.11 Outros aspectos da consignação em pagamento 745
2.11.1 Consignação principal e consignação incidente 745
2.11.2 Consignação fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito 746
2.11.3 Resgate de aforamento 746
3. Ação de exigir contas (arts. 550 a 553) 749
3.1 Noções gerais 749
3.2 Prazo prescricional 750
3.3 Legitimidade 750
3.4 Competência 751
3.5 Procedimento 752
3.5.1 Primeira fase 752
3.5.1.1 Respostas possíveis 753
3.5.1.2 Natureza da decisão que julga a primeira fase da ação de exigir contas 755
3.5.2 Segunda fase 755
3.5.3 Sucumbência na ação de exigir contas 757
4. Ações possessórias (arts. 554 a 568) 760
4.1 Noções gerais sobre a posse 760
4.2 Natureza jurídica da posse 761
4.3 Classificação da posse 761
4.4 Proteção possessória 762
4.4.1 Uma pitada de história 762
4.4.2 O juízo possessório e o juízo petitório 763
4.4.3 Ações possessórias típicas 764
4.4.4 A perda da pretensão possessória e a caducidade do direito ao rito especial: prescrição e decadência 765
4.4.5 Outros mecanismos para a tutela da posse 767
4.5 Fungibilidade das possessórias 768
4.6 Natureza dúplice das ações possessórias 769
4.7 Procedimento das ações possessórias 769
4.7.1 Legitimação e intervenção de terceiros 769
4.7.2 Competência 770
4.7.3 Petição inicial 772
4.7.4 Tutela provisória de natureza antecipada: deferimento liminar, mediante justificação prévia ou em qualquer momento procedimental 774

4.7.4.1 Justificação prévia 775
4.7.5 Respostas do réu 776
4.7.5.1 Reconvenção 777
4.7.5.2 A exceção de domínio 778
4.8 Entrega da prestação jurisdicional: sentença, cumprimento e recursos 779
4.9 Ações possessórias em espécie e a (des)necessidade de caução 780
4.10 Litígios coletivos pela posse de bem imóvel 781
5. Ação de divisão e de demarcação de terras particulares (arts. 569 a 598) 786
5.1 Aspectos comuns às ações de divisão e demarcação 786
5.2 Procedimento da ação demarcatória 787
5.3 Procedimento da ação divisória 789
5.4 Demarcação e divisão por escritura pública 789
6. Ação de dissolução parcial de sociedade (arts. 599 a 609) 791
6.1 Introdução 791
6.2 Objeto 791
6.3 Legitimidade 792
6.4 Competência 794
6.5 Procedimento 794
6.5.1 Especificidades quanto à exclusão de sócios minoritário e majoritário 795
7. Inventário e partilha (arts. 610 a 673) 798
7.1 Introdução 798
7.2 Espécies de inventário 800
7.3 Inventário negativo 800
7.4 Inventário extrajudicial 800
7.5 Aspectos procedimentais do inventário e da partilha na via judicial 803
7.5.1 Legitimidade 803
7.5.2 Competência 804
7.5.3 Intervenção do Ministério Público 805
7.5.4 Petição inicial 805
7.5.5 Administração provisória e inventariança 806
7.5.6 Primeiras declarações 807
7.5.7 Citação 808
7.5.8 Impugnação às primeiras declarações 808
7.5.9 Avaliação dos bens e últimas declarações 809
7.5.10 Pagamento das dívidas do autor da herança 810
7.5.11 Colação e sonegação 810
7.6 A partilha propriamente dita 811
7.6.1 Sobrepartilha 813
7.6.2 Invalidação da partilha 813
7.6.3 Partilha e a sucessão do nascituro 813

7.7 Procedimento do arrolamento sumário 814
7.8 Procedimento do arrolamento comum 815
8. Embargos de terceiro (arts. 674 a 681) 822
8.1 Noções gerais 822
8.2 Legitimidade para os embargos 823
8.2.1 Legitimidade ativa 823
8.2.1.1 Legitimidade ativa do promissário comprador 826
8.2.2 Legitimidade passiva 827
8.3 Competência 827
8.4 Momento para a oposição dos embargos de terceiro 828
8.5 Procedimento 829
8.5.1 Petição inicial 829
8.5.2 Da liminar 830
8.5.3 Citação 830
8.5.4 Contestação 830
8.5.5 Sentença 831
8.6 Outras questões processuais 832
8.6.1 Desconsideração da personalidade jurídica 832
8.6.2 Embargos de terceiro e fraudes 833
9. Oposição (arts. 682 a 686) 838
9.1 Introdução 838
9.2 Aspectos da oposição 838
9.3 Procedimento 838
10. Habilitação (arts. 687 a 692) 840
10.1 Considerações gerais 840
10.2 Aspectos do procedimento da habilitação 841
11. Ações de família (arts. 693 a 699) 842
11.1 Introdução 842
11.2 Separação judicial: o fim da controvérsia gerada pela EC nº 66/2010 842
11.2.1 Regras de transição decorrentes da EC nº 66/2010 844
11.3 Aspectos procedimentais da separação e do divórcio litigiosos 845
11.3.1 Legitimidade e intervenção de terceiros 846
11.3.2 Contestação 847
11.3.3 Reconvenção 847
11.3.4 Revelia 848
11.3.5 Tutelas provisórias 849
11.3.6 Sentença 850
11.4 Implicações da dissolução matrimonial 850
11.4.1 O nome de casado 850
11.4.2 Os alimentos 851
11.4.3 Guarda dos filhos 853

11.5 Reconhecimento e extinção de união estável 853
11.5.1 União estável como entidade familiar 853
11.5.2 Caracterização e procedimento para o reconhecimento da união estável 855
11.5.3 Extinção da união estável 857
11.6 Guarda, visitação e filiação 858
11.6.1 A questão da guarda compartilhada 859
11.6.2 Investigação de paternidade 860
11.7 Especificidades das ações de família 863
11.7.1 Foro competente 863
11.7.2 Incentivo à conciliação e mediação 864
11.7.3 Citação 865
11.7.4 Intervenção do Ministério Público 865
11.7.5 Alienação parental 866
12. Ação monitória (arts. 700 a 702) 868
12.1 Introdução 868
12.2 Natureza jurídica da ação monitória 870
12.3 Legitimidade e interesse de agir 871
12.4 Prova documental como pressuposto da tutela monitória 873
12.5 Objeto da ação monitória 877
12.6 Competência 877
12.7 Procedimento 878
12.7.1 Petição inicial 878
12.7.2 Natureza jurídica do provimento inicial que defere a expedição do mandado monitório 879
12.7.3 Citação 879
12.7.4 Respostas possíveis do devedor 880
12.7.5 Natureza jurídica dos embargos monitórios 881
12.7.6 Processamento dos embargos 882
12.8 Sentença 883
12.9 Coisa julgada 884
12.10 Execução 885
12.11 Outras questões processuais 886
12.11.1 Possibilidade de ajuizamento de ação monitória em face da Fazenda Pública 886
12.11.2 Ação monitória contra incapazes 887
12.11.3 Ação monitória contra massa falida e devedor insolvente 887
12.11.4 Litigância de má-fé 888
13. Homologação do penhor legal (arts. 703 a 706) 890
13.1 Introdução 890
13.2 Homologação judicial 891

13.3 Homologação extrajudicial 891
14. Regulação de avaria grossa (arts. 707 a 711) 893
15. Restauração de autos (arts. 712 a 718) 895
16. Procedimentos especiais extintos com o CPC/2015 897

2 Procedimentos especiais de jurisdição voluntária (arts. 719 a 770) 899
1. Disposições gerais 899
1.1 Da formação de coisa julgada nos procedimentos de jurisdição voluntária 900
1.2 Procedimentos previstos no art. 725 904
2. Notificação e interpelação (arts. 726 a 729) 906
3. Alienações judiciais (art. 730) 908
4. Divórcio e separação consensuais; extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio (arts. 731 a 734) 909
4.1 Noções gerais 909
4.1.1 A Emenda Constitucional nº 66/2010: seria o fim da separação como meio de desenlace entre os cônjuges? 910
4.1.2 Manutenção da separação judicial e extrajudicial 912
4.2 Separação judicial consensual 914
4.3 Divórcio judicial consensual 915
4.4 Extinção consensual de união estável 915
4.5 Alteração do regime de bens do matrimônio 916
4.6 Aspectos procedimentais da separação e divórcio consensuais e da extinção consensual de união estável 918
4.6.1 Petição inicial 918
4.6.2 Tentativa preliminar de reconciliação 919
4.6.3 Sentença 920
4.7 Procedimentos da separação, divórcio e extinção da união estável extrajudiciais 921
4.7.1 Generalidades 921
4.7.2 Via administrativa: faculdade ou imposição? 922
4.7.3 As formalidades da escritura pública 923
4.7.3.1 Conteúdo da escritura pública 924
4.7.3.2 Efeitos da escritura 925
4.7.4 Presença do advogado 925
4.7.5 Condições para o acesso à via extrajudicial 926
4.7.6 Atuação do Ministério Público 926
4.7.7 O papel do tabelião 926
5. Testamentos e codicilos (arts. 735 a 737) 931
6. Herança jacente (arts. 738 a 743) 934
7. Dos bens dos ausentes (arts. 744 e 745) 935
7.1 Disposições suprimidas pelo CPC atual 936

8. Das coisas vagas (art. 746) 937
9. Da interdição (arts. 747 a 758) 938
9.1 Considerações gerais 938
9.2 Procedimento da interdição 941
9.2.1 Competência 941
9.2.2 Legitimidade 942
9.2.3 Competência 943
9.2.4 Petição inicial 944
9.2.5 Citação e demais atos do processo 945
9.2.6 Levantamento da curatela 947
9.2.7 Interdição parcial 948
9.3 Disposições comuns à tutela e à curatela (arts. 759 a 763) 949
10. Da organização e da fiscalização das fundações (arts. 764 e 765) 952
10.1 Elaboração, aprovação e alteração do estatuto 952
10.2 Extinção da fundação 953
11. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo (arts. 766 a 770) 954
11.1 Noções gerais 954
11.2 Procedimento 955

Parte Especial

Parte IV – Processo de Execução

1 Teoria geral da execução (arts. 771 a 796) 959
1. Introdução 959
2. Tutela executiva 960
3. Competência para a execução 964
3.1 Modificação ou prorrogação da competência 965
3.2 Prevenção do juízo executivo 965
3.3 Declaração de incompetência na execução 966
3.4 Conflito de competência na execução 966
4. A ação de execução 967
4.1 Requisitos processuais da ação executiva 967
4.1.1 Legitimidade para a execução 968
4.1.2 Interesse processual para a execução 969
4.2 Princípios da execução 970
5. Requisitos ou pressupostos processuais da execução 972
5.1 Pressupostos do processo executivo comuns aos do processo de conhecimento 972
5.2 Pressupostos específicos do processo executivo 973
6. Títulos executivos 974

7. Cumulação de execuções 981
8. Atos do processo executivo 981
9. Partes na execução 983
9.1 Posição do cônjuge ou companheiro na execução 986
9.2 Sucessão processual na execução 986
9.3 Litisconsórcio na execução 987
10. Intervenção de terceiros no processo de execução 989
11. Responsabilidade patrimonial 992
11.1 Responsabilidade originária 992
11.2 Responsabilidade secundária 992
11.3 Responsabilidade envolvendo direito de superfície 994
11.4 Fraude à execução 994
11.4.1 Fraude à execução e bem não sujeito a registro 996
11.4.2 Efeitos da alienação 996
11.4.3 Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica 997
11.4.4 Fraude à execução *x* fraude contra credores 998
12. Atos atentatórios à dignidade da justiça 999

2 Execuções em espécie (arts. 797 a 913) 1005
1. Introdução 1005
2. Execução para entrega de coisa (arts. 806 a 813) 1007
2.1 Execução para entrega de coisa certa 1007
2.2 Execução para entrega de coisa incerta 1008
3. Execução das obrigações de fazer e de não fazer (arts. 814 a 823) 1010
3.1 Considerações gerais 1010
3.2 Execução das obrigações de fazer 1010
3.3 Execução das obrigações de não fazer 1012
4. Execução por quantia certa (arts. 824 a 909) 1013
4.1 Considerações gerais 1013
4.2 Proposição da ação de execução 1014
4.2.1 Averbação da execução nos registros públicos 1014
4.3 Cognição preliminar, citação, pagamento, arresto e penhora 1016
4.3.1 Impenhorabilidade 1020
4.3.2 Aspectos importantes relativos ao bem de família 1029
4.3.3 Indicação de bens à penhora 1036
4.3.4 Penhora por termo nos autos 1039
4.3.5 Arresto ou penhora *on-line* 1039
4.3.6 Penhora sobre bem indivisível 1045
4.3.7 Penhora de créditos 1046
4.3.7.1 Penhora no rosto dos autos 1047
4.3.7.2 Penhora de mão própria 1048

4.3.8 Penhora das quotas ou ações de sociedades personificadas..... 1048
4.3.9 Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes 1049
4.3.10 Penhora de percentual de faturamento de empresa 1050
4.3.11 Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel..... 1051
4.3.12 Avaliação dos bens penhorados 1053
4.3.13 Intimação da penhora..... 1054
4.3.14 Substituição da penhora..... 1058
4.3.15 Natureza e efeitos da penhora 1059
4.4 Expropriação..... 1060
4.4.1 Adjudicação 1060
4.4.2 Alienação (por iniciativa particular e por leilão judicial)..... 1064
4.4.2.1 Atos preparatórios..... 1066
4.4.2.2 Do leilão 1068
4.4.2.3 Do auto de arrematação, da entrega dos bens e da expedição da carta de arrematação..... 1072
4.4.2.4 Invalidação, ineficácia e resolução da arrematação... 1073
4.4.2.5 Desfazimento da arrematação 1075
4.4.2.6 Desistência unilateral do arrematante..... 1076
4.4.3 Apropriação de frutos e rendimentos..... 1076
4.5 Satisfação do crédito 1077
4.5.1 Pagamento parcelado..... 1078
4.5.2 Concurso de preferência 1079
4.5.3 Pagamento pela adjudicação dos bens penhorados..... 1080
5. Execução contra a Fazenda Pública (art. 910)..... 1086
5.1 Embargos à execução contra a Fazenda Pública 1087
6. Execução de alimentos (arts. 911 a 913) 1090
7. Execução fiscal (Lei nº 6.830/1980) 1093
8. Execução por quantia certa contra devedor insolvente (arts. 748 a 786-A do CPC/1973)..... 1107
8.1 Noções gerais 1107
8.2 Caracterização da insolvência 1109
8.3 Legitimação para a insolvência..... 1110
8.4 Competência para a insolvência..... 1110
8.5 Procedimento da insolvência..... 1110
8.5.1 Etapa de conhecimento 1111
8.5.2 Etapa da administração 1112
8.5.3 Etapa da liquidação..... 1113
8.6 Outros aspectos do processo de insolvência..... 1114

3 Embargos do executado (arts. 914 a 920) 1117
1. Noções gerais, conceito e natureza jurídica..... 1117

2. Embargabilidade da execução 1118
3. Legitimidade e prazo para os embargos do executado 1119
4. Juízo competente 1121
5. Embargos à execução 1121
5.1 Matérias arguíveis nos embargos à execução 1122
5.2 Procedimento dos embargos 1125
5.2.1 Postulação 1125
5.2.2 Cognição preliminar 1127
5.2.3 Recurso cabível contra a decisão que rejeita liminarmente os embargos 1130
5.2.4 Atribuição de efeito suspensivo aos embargos 1130
5.2.5 Impugnação aos embargos 1132
5.2.6 Audiência e julgamento dos embargos 1133
5.3 Parcelamento do objeto da execução 1134
6. Exceção ou objeção de pré-executividade: meio de defesa independentemente da oposição de embargos 1135

4 Suspensão e extinção do processo de execução (arts. 921 a 925) 1141
1. Suspensão e extinção do processo de execução 1141
1.1 Da suspensão do processo executivo 1141
1.2 Da extinção da execução 1143
1.3 Prescrição intercorrente 1144
1.3.1 Prescrição intercorrente e necessidade de intimação pessoal 1148

Parte Especial

Parte V – Precedente Judicial, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais

1 Precedente judicial (arts. 926 e 927) 1153
1. Introdução 1153
2. Precedentes 1153
2.1 Noções fundamentais 1153
2.1.1 *Common law*, *civil law* e *stare decisis* 1153
2.1.2 *Civil law* e a questão da segurança jurídica 1155
2.1.3 A convivência com o *stare decisis* 1156
2.1.4 Distinção: métodos e resultados da aplicação do *distinguishing* 1157
2.1.5 Incorporação do *overruling* e modulação dos efeitos das decisões 1158
2.2 A evolução dos precedentes judiciais no direito brasileiro 1160
2.3 A força normativa dos precedentes no Código de Processo Civil de 2015 1161
2.3.1 Fundamentação das decisões judiciais 1162

2.3.2 Uniformização da jurisprudência 1163
2.3.3 Precedentes obrigatórios 1165
2.3.4 Precedentes e julgamento de improcedência liminar 1168
2.3.5 Precedentes e reclamação constitucional 1169
2.4 Regras gerais para a formação e modificação dos precedentes obrigatórios no CPC 1170

2 Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais (arts. 929 a 993) 1175
1. Introdução 1175
2. Ordem dos processos nos tribunais 1175
2.1 Do registro e da distribuição dos processos no âmbito dos tribunais 1175
2.2 Das atribuições do relator 1177
2.3 Da preparação e do julgamento 1181
3. Processos de competência originária dos tribunais 1187
3.1 Incidente de assunção de competência (art. 947) 1187
3.1.1 Noções gerais 1187
3.1.2 Requisitos 1187
3.1.3 Procedimento 1188
3.2 Incidente de arguição de inconstitucionalidade (arts. 948 a 950) 1189
3.2.1 Noções gerais 1189
3.2.2 Legitimidade e momento para arguição da inconstitucionalidade 1191
3.2.3 Procedimento 1191
3.2.4 Efeitos da declaração de inconstitucionalidade 1192
3.3 Conflito de competência (arts. 951 a 959) 1193
3.4 Homologação de decisão estrangeira e concessão do *exequatur* à carta rogatória (arts. 960 a 965) 1194
3.4.1 Noções gerais 1194
3.4.2 Execução de medidas de urgência 1196
3.4.3 Requisitos e competência 1196
3.4.4 Procedimentos 1197
3.4.5 Natureza jurídica do processo de homologação de decisão estrangeira 1197
3.5 Ação rescisória (arts. 966 a 975) 1199
3.5.1 Considerações gerais 1199
3.5.2 Decisão de mérito 1200
3.5.3 Natureza jurídica da ação rescisória 1202
3.5.4 Pressupostos da ação rescisória 1202
3.5.5 Rescisão × anulação do julgado 1213
3.5.6 Competência 1214
3.5.7 Legitimidade ativa 1215

3.5.8 Legitimidade passiva 1217
3.5.9 Prazo 1218
3.5.10 Procedimento da ação rescisória 1220
3.5.10.1 Petição inicial (art. 968) 1220
3.5.10.2 Depósito prévio 1223
3.5.10.3 Valor da causa 1224
3.5.10.4 Rescisão do julgado (*iudicium rescindens*) e rejulgamento da demanda (*iudicium rescisorium*) 1224
3.5.11 Ação rescisória, tutela provisória e execução da sentença rescindenda 1226
3.5.12 Defesa do réu 1226
3.5.13 Instrução, julgamento e recursos na ação rescisória 1227
3.5.14 *Querela nullitatis* e ação rescisória 1228
3.6 Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (arts. 976 a 987) 1238
3.6.1 Para uma melhor compreensão do instituto 1238
3.6.2 Diferenças e semelhanças com outros institutos 1241
3.6.3 Procedimento 1242
3.6.4 Suspensão dos processos 1244
3.6.5 Publicidade e manifestação de interessados 1244
3.6.6 Fundamentos do acórdão e recurso 1245
3.6.7 Tese paradigma e força normativa 1245
3.7 Reclamação (arts. 988 a 993) 1247
3.7.1 Noções gerais: origem, natureza jurídica e objeto 1247
3.7.2 Procedimento da reclamação no CPC atual 1250
3.7.2.1 Esgotamento de instâncias 1253

3 Teoria geral dos recursos (arts. 994 a 1.008) 1255
1. Teoria geral dos recursos 1255
1.1 Conceito 1255
1.2 Espécies e classificação dos recursos 1256
1.3 Princípios fundamentais dos recursos 1257
1.3.1 Duplo grau de jurisdição 1257
1.3.2 Taxatividade 1258
1.3.3 Singularidade 1258
1.3.4 Fungibilidade 1259
1.3.5 Proibição da *reformatio in pejus* 1261
1.3.6 Voluntariedade 1262
1.3.7 Dialeticidade 1262
1.3.8 Preclusão consumativa e complementaridade 1264
1.4 Pressupostos de admissibilidade dos recursos 1265
1.4.1 Cabimento 1267
1.4.2 Legitimidade 1268

1.4.3 Interesse 1269
1.4.3.1 Interesse recursal e cumulação de pedidos 1271
1.4.3.2 Falta de interesse decorrente de renúncia ou desistência do recurso 1272
1.4.4 Tempestividade 1275
1.4.5 Preparo 1281
1.4.6 Regularidade formal 1284
1.4.7 Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer 1285
1.5 Efeitos dos recursos 1285
1.5.1 Efeito devolutivo 1285
1.5.2 Efeito translativo 1286
1.5.3 Efeito suspensivo 1287
1.5.4 Efeito substitutivo, expansivo e ativo 1287
1.5.5 Efeito regressivo 1288
1.6 Alcance do recurso do litisconsorte 1288
1.7 Recurso adesivo 1289

4 Recursos em espécie (arts. 1.009 a 1.044) 1295
1. Apelação (arts. 1.009 a 1.014) 1295
1.1 Conceito 1295
1.2 Extinção do agravo retido e apelação no CPC vigente 1296
1.2.1 O agravo retido no CPC/1973 1296
1.2.2 A apelação como meio de impugnação das decisões interlocutórias 1298
1.3 Efeitos da apelação 1298
1.3.1 Efeito devolutivo e translativo 1299
1.3.2 Aplicação da teoria da causa madura 1301
1.3.3 Reconhecimento da prescrição ou decadência na apelação 1303
1.3.4 Efeito suspensivo 1303
1.4 Procedimento na apelação 1307
1.4.1 Peculiaridades da apelação da sentença que indefere a petição inicial 1308
1.4.2 Peculiaridades da apelação contra a sentença nas hipóteses do art. 332 1308
1.4.3 Substitutivo dos embargos infringentes 1308
2. Agravo de instrumento (arts. 1.015 a 1.020) 1313
2.1 Noções gerais 1313
2.2 Hipóteses de cabimento 1313
2.2.1 Ampliação do rol do art. 1.015 pela via interpretativa 1319
2.3 Procedimento 1320
2.3.1 Prazo e formação do instrumento 1320

2.3.2 Comunicação ao juízo de primeiro grau 1322
2.3.3 Procedimento no tribunal 1323
2.3.4 Julgamento do agravo de instrumento e possibilidade de retratação 1324
2.3.5 Ampliação do órgão colegiado 1324
3. Agravo interno (art. 1.021) 1328
4. Embargos de declaração (arts. 1.022 a 1.026) 1331
4.1 Conceito e cabimento 1331
4.2 Embargos com efeitos modificativos (infringentes) 1333
4.3 Embargos para efeito de prequestionamento 1334
4.4 Procedimento 1335
4.4.1 Intempestividade por prematuridade 1336
4.5 Efeitos 1336
4.6 Embargos manifestamente protelatórios 1338
5. Recurso ordinário (art. 1.027) 1340
5.1 Conceito e cabimento 1340
5.2 Procedimento 1342
6. Recurso extraordinário e recurso especial (arts. 1.029 a 1.035) 1343
6.1 Aspectos em comum 1343
6.1.1 Juízo de admissibilidade 1346
6.1.2 Vício formal em RE e REsp 1347
6.1.3 Recursos excepcionais e o incidente de resolução de demandas repetitivas 1348
6.1.4 Efeito suspensivo do RE e do REsp 1349
6.1.5 Efeito devolutivo do RE e do REsp 1350
6.1.6 Interposição simultânea de RE e REsp e a questão da fungibilidade 1350
6.2 Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário 1352
6.3 Repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário 1353
6.4 Hipóteses de cabimento do recurso especial 1355
6.5 Procedimento dos recursos especial e extraordinário 1356
6.6 Recursos extraordinário e especial repetitivos (arts. 1.036 a 1.041) 1358
6.6.1 Particularidades do sobrestamento 1361
7. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário (art. 1.042) 1362
8. Embargos de divergência (arts. 1.043 e 1.044) 1367
8.1 Noções gerais 1367
8.2 Cabimento 1367
8.3 Embargos de divergência no STJ e a interposição de recurso extraordinário 1369

Parte VI

Disposições Finais e Transitórias

Capítulo Único Regras de transição e demais alterações (arts. 1.045 a 1.072) 1373
1. Introdução 1373
2. A *vacatio legis* do CPC 1373
3. Aplicação do CPC atual aos processos em curso 1374
   3.1 Processos regulados pelo CPC/1939 1376
4. Processos com tramitação prioritária (art. 1.048) 1377
5. Cadastro para recebimento de citações e intimações (arts. 1.050 e 1.051) 1378
6. Insolvência civil 1379
7. Regras especiais de transição 1379
   7.1 As questões prejudiciais e a eficácia do art. 503, § 1º, do CPC atual 1379
   7.2 Prescrição intercorrente 1380
   7.3 Inexigibilidade de título executivo judicial fundado em lei declarada inconstitucional 1381
   7.4 Depósitos judiciais 1382
   7.5 Tutela provisória contra a Fazenda Pública 1382
8. Alterações legislativas 1383
   8.1 Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996 1383
   8.2 Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 – Lei de Arbitragem 1383
   8.3 Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 – Lei dos Juizados Especiais 1384
      8.3.1 Aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica ao processo de competência dos juizados especiais 1384
      8.3.2 Embargos de declaração 1385
   8.4 Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral 1386
9. Dispositivos revogados 1387
10. Usucapião administrativa ou extrajudicial 1389
   10.1 Competência 1390
   10.2 Requerimento da parte interessada 1390
   10.3 Procedimento 1391
   10.4 Não obrigatoriedade da via administrativa 1392
   10.5 Intervenção do Ministério Público 1392

Referências bibliográficas 1395